

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30/06/2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. - SICOOB COOPACREDI na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017, o SICOOB COOPACREDI completou 26 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada a fomentação de crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2017, o SICOOB COOPACREDI obteve um resultado de R\$ 5.930.912,62 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,36%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 65.331.366,29. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 120.275.449,77.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 63.825.183,56	53,07%
Carteira Comercial	R\$ 56.450.266,21	46,93%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2017 o percentual de 20,18% da carteira, no montante de R\$ 24.266.976,59.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 92.751.849,91, apresentaram uma evolução de 40,21% em relação ao mesmo período do semestre anterior.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 29.374.401,44	31,67%
Depósitos a Prazo	R\$ 56.878.148,81	61,32%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2017 o percentual de 24,30% da captação, no montante de R\$ 22.534.559,28.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPACREDI era de R\$47.363.572,27. O quadro de associados era composto por 4.981 cooperados, havendo um acréscimo de 11,96% em relação ao mesmo período do semestre anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observadas e cumpridas, cercando ainda a Singular de todas as

consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB COOPACREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,87% nos níveis de “A” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pelo Sicoob Central Crediminas.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPACREDI aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2017, a Ouvidoria do SICOOB COOPACREDI registrou duas manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das duas reclamações, uma foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados e colaboradores pela dedicação.

Patrocínio (MG), 18 de agosto de 2017.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Tiago de Toledo Silva
Diretor Administrativo

Balancos Patrimoniais

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

A T I V O		30/06/2017	30/06/2016
Circulante	Nota	157.439.274,77	123.619.176,03
Disponibilidades		610.226,23	477.281,05
<u>Relações Interfinanceiras</u>	5	65.337.988,44	30.182.822,98
Correspondentes		6.622,15	6.081,40
Centralização Financeira - Cooperativas		65.331.366,29	30.176.741,58
<u>Operações de Crédito</u>	6	90.607.875,94	92.287.073,65
Operações de Crédito		95.870.304,07	97.048.468,09
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(5.262.428,13)	(4.761.394,44)
<u>Outros Créditos</u>	7	812.314,90	601.550,03
Créditos por Avais e Fianças Honrados		60.200,09	34.098,10
Rendas a Receber		511.740,03	355.497,28
Diversos		269.743,91	233.434,65
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(29.369,13)	(21.480,00)
<u>Outros Valores e Bens</u>	8	70.869,26	70.448,32
Despesas Antecipadas		70.869,26	70.448,32
Realizável a Longo Prazo		24.991.183,82	20.967.898,09
<u>Operações de Crédito</u>	6	24.405.145,70	20.448.759,04
Operações de Crédito		24.405.145,70	20.448.759,04
<u>Outros Créditos</u>	7	586.038,12	519.139,05
Diversos		586.038,12	519.139,05
Permanente		16.511.786,99	15.264.019,04
<u>Investimentos</u>	9	10.003.574,58	8.785.526,70
Participações em Cooperativas		9.936.752,44	8.718.704,56
Outros Investimentos		66.822,14	66.822,14
<u>Imobilizado em Uso</u>	10	6.506.875,68	6.276.868,45
Imóveis de Uso		5.111.346,51	5.111.346,51
Outras Imobilizações de Uso		2.422.009,35	1.914.931,19
(Depreciações Acumuladas)		(1.026.480,18)	(749.409,25)
<u>Intangível</u>		1.336,73	2.462,09
Ativos Intangíveis		5.627,32	5.627,32
(Amortização Acumulada)		(4.290,59)	(3.165,23)
<u>Diferido</u>		-	199.161,80
Gastos de Organização e Expansão		-	293.521,76
(Amortização Acumulada)		-	(94.359,96)
TOTAL DO ATIVO		198.942.245,58	159.851.093,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R\$)

P A S S I V O		30/06/2017	30/06/2016
Circulante		139.514.637,63	117.065.167,38
<u>Depósitos</u>	11	86.252.550,25	66.152.865,97
Depósitos à Vista		29.374.401,44	19.550.323,71
Depósitos a Prazo		56.878.148,81	46.602.542,26
<u>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</u>	12	6.499.299,66	542.173,44
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		6.499.299,66	542.173,44
<u>Relações Interfinanceiras</u>	13	17.143.829,44	17.179.404,03
Repasses Interfinanceiros		17.143.815,84	17.179.404,03
Correspondentes		13,60	-
<u>Relações Interdependências</u>	14	87.884,30	76.583,72
Recursos em Trânsito de Terceiros		87.884,30	76.583,72
<u>Obrigações Por Empréstimos</u>	13	34.991,69	2.924.179,56
Empréstimos no País - Outras Instituições		34.991,69	2.924.179,56
<u>Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais</u>	13	26.175.967,51	27.700.735,74
Outras Instituições		26.175.967,51	27.700.735,74
<u>Outras Obrigações</u>	15	3.320.114,78	2.489.224,92
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		118.945,46	102.499,02
Sociais e Estatutárias		1.239.639,33	1.101.310,88
Fiscais e Previdenciárias		246.308,43	183.649,42
Diversas		1.715.221,56	1.101.765,80
Exigível a Longo Prazo		11.456.740,82	6.191.683,62
<u>Relações Interfinanceiras</u>	13	10.864.434,52	5.504.493,70
Repasses Interfinanceiros		10.864.434,52	5.504.493,70
<u>Obrigações Por Empréstimos</u>	13	-	33.382,36
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	33.382,36
<u>Outras Obrigações</u>	15	592.306,30	653.807,56
Diversas		592.306,30	653.807,56
Patrimônio Líquido	17	47.970.867,13	36.594.242,16
<u>Capital Social</u>		34.079.277,80	29.902.685,60
De Domiciliados no País		34.171.787,25	29.964.535,10
(Capital a Realizar)		(92.509,45)	(61.849,50)
<u>Reserva de Lucros</u>		8.507.449,11	5.448.909,28
<u>Sobras Acumuladas</u>		5.384.140,22	1.242.647,28
TOTAL		198.942.245,58	159.851.093,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		11.137.781,64	9.771.182,86
Operações de Crédito		11.137.781,64	9.771.182,86
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		<u>(7.123.682,00)</u>	<u>(7.045.816,66)</u>
Operações de Captação no Mercado		(3.348.374,46)	(2.729.488,88)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(2.331.841,21)	(2.046.467,76)
Provisão para Operações de Créditos		(1.443.466,34)	(2.269.880,02)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		<u>4.014.099,64</u>	<u>2.725.366,20</u>
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		<u>2.224.527,27</u>	<u>(682.063,77)</u>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		742.237,94	544.135,25
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		774.013,93	626.315,47
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(2.847.843,53)	(2.465.173,99)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(2.340.385,77)	(2.048.825,12)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(82.193,84)	(65.783,06)
Ingressos de Depósitos Interooperativos		3.479.489,38	1.599.917,30
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	2.806.735,38	1.447.234,44
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(307.526,20)	(319.884,06)
Resultado Operacional		<u>6.238.626,91</u>	<u>2.043.302,43</u>
Resultado Não Operacional	21	(6.349,59)	1.419,28
Resultado Antes da Tributação/Participações		<u>6.232.277,32</u>	<u>2.044.721,71</u>
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(53.323,51)	(37.662,84)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(44.269,12)	(33.677,12)
Participação no Lucro (Sobra)		(203.772,07)	(160.930,87)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		<u>5.930.912,62</u>	<u>1.812.450,88</u>
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	18	<u>546.772,40</u>	<u>569.803,60</u>
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO APÓS O JUROS AO CAPITAL		<u>5.384.140,22</u>	<u>1.242.647,28</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocinio e Região Ltda.
 SICOOB COOPACREDI
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldo em 31/12/2015	27.880.486,81	(43.615,84)	5.448.909,28	1.598.424,20	34.884.204,45
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao Capital	1.588.248,54	-	-	(1.588.248,54)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(10.175,66)	(10.175,66)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.152.835,56	(18.233,66)	-	-	1.134.601,90
Por Devolução (-)	(654.880,81)	-	-	-	(654.880,81)
Estorno Capital Subscrito	(2.155,00)	-	-	-	(2.155,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.812.450,88	1.812.450,88
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(569.803,60)	(569.803,60)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2016	29.964.535,10	(61.849,50)	5.448.909,28	1.242.647,28	36.594.242,16
Saldo em 31/12/2016	31.928.809,25	(63.875,50)	7.261.377,33	2.492.143,57	41.618.454,65
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.246.071,78	(1.246.071,78)	-
Ao Capital	1.241.516,89	-	-	(1.241.516,89)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(4.554,90)	(4.554,90)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.410.357,23	(28.633,95)	-	-	1.381.723,28
Por Devolução (-)	(396.526,12)	-	-	-	(396.526,12)
Estorno Capital Subscrito	(12.370,00)	-	-	-	(12.370,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.930.912,62	5.930.912,62
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(546.772,40)	(546.772,40)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2017	34.171.787,25	(92.509,45)	8.507.449,11	5.384.140,22	47.970.867,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	30/06/2017	30/06/2016
Atividades Operacionais		
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	6.232.277,32	2.044.721,71
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
IRPJ / CSLL	(97.592,83)	(71.339,96)
Provisão para Operações de Crédito	(409.802,85)	787.484,34
Depreciações e Amortizações	131.039,70	123.918,28
Distribuição de Sobras da Cooperativa Central	-	-
Participação dos Funcionários nos Lucros	(203.772,07)	(160.930,87)
Provisão de Juros ao Capital	(546.772,40)	(569.803,60)
	5.105.377,07	2.154.049,90
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais		
Operações de Crédito	(12.956.002,38)	(8.679.423,92)
Outros Créditos	260.092,96	(69.991,89)
Outros Valores e Bens	(50.030,04)	(54.076,70)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos a Vista	5.865.362,90	2.705.918,15
Depósitos a Prazo	3.826.563,58	12.484.518,85
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.717.151,17	542.173,44
Outras Obrigações	271.965,78	958.504,62
Relações Interdependências	(5.883.384,28)	(8.833.582,30)
Relações Interfinanceiras	3.172.720,98	(4.406.650,24)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.245.606,14)	3.495.659,81
Resultado de Exercícios Futuros	-	(6.391,06)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(1.915.788,40)	290.708,66
Atividades de Investimentos		
Inversões em Imobilizado de Uso	(105.669,70)	(106.684,96)
Inversões em Investimentos	(1.191.714,14)	(453.988,10)
Baixa Imobilizado	2.062,38	-
	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.295.321,46)	(560.673,06)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	1.381.723,28	1.134.601,90
Devolução de Capital à Cooperados	(396.526,12)	(654.880,81)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(4.554,90)	(10.175,66)
Estorno Capital Subscrito	(12.370,00)	(2.155,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	968.272,26	467.390,43
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(2.242.837,60)	197.426,03
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	68.191.052,27	30.462.678,00
No Fim do Período	65.948.214,67	30.660.104,03
Variação Líquida das Disponibilidades	(2.242.837,60)	197.426,03

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. - SICOOB
COOPACREDI
CNPJ - 65.229.254/0001-21**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2017 e 30/06/2016
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. - SICOOB COOPACREDI é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1990, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPACREDI possui sua Agência Sede e 04 Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Guimarães, Serra do Salitre, São João da Serra Negra e Coromandel.

O SICOOB COOPACREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Presidente do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 18/08/2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa -

Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

Em consonância com a Resolução CMN 4.434/15 inciso II do artigo 45, não é mais objeto da auditoria externa a revisão das demonstrações contábeis relativas ao 1º semestre das cooperativas singulares, conseqüentemente as demonstrações contábeis estão sendo publicadas/divulgadas sem a opinião dos auditores externos.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

d) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

e) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável

saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	30/06/2017	30/06/2016
Caixa e depósitos bancários	610.226,23	477.281,05
Relações interfinanceiras – centralização financeira	65.331.366,29	30.176.741,58
Total	65.941.592,52	30.654.022,63

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Correspondentes	6.622,15	6.081,40
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	65.331.366,29	30.176.741,58
Total	65.337.988,44	30.182.822,98

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	107.757,16	-	107.757,16	129.893,92
Cheque Especial / Conta Garantida	2.339.247,57	-	2.339.247,57	2.366.488,53
Empréstimos	27.778.600,76	13.452.455,48	41.231.056,24	35.847.381,30
Financiamentos	3.176.972,03	3.256.245,92	6.433.217,95	6.491.939,89
Títulos Descontados	6.338.987,29	-	6.338.987,29	5.670.647,66
Financiamento Rural Próprio	9.547.989,71	1.254.928,27	10.802.917,98	16.246.236,78
Financiamento Rural Repasses	46.580.749,55	6.441.516,03	53.022.265,58	50.744.639,05
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(5.262.428,13)	-	(5.262.428,13)	(4.761.394,44)
Total	90.574.857,48	24.405.145,70	115.013.021,64	112.735.832,69

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
AA	-	Normal	760.400,54	-	1.009.985,43	-
A	0,50%	Normal	53.367.698,68	(266.838,56)	60.630.920,33	(303.154,65)
B	1%	Normal	48.561.976,44	(485.619,89)	41.530.757,47	(415.307,63)
B	1%	Vencidas	113.141,14	(1.131,41)	27.531,46	(275,31)
C	3%	Normal	9.401.129,61	(282.033,96)	6.762.493,03	(202.874,82)
C	3%	Vencidas	695.355,97	(20.860,68)	365.844,34	(10.975,33)
D	10%	Normal	1.497.935,90	(149.793,63)	2.239.855,46	(223.985,58)
D	10%	Vencidas	146.979,80	(14.697,98)	175.041,87	(17.504,19)
E	30%	Normal	482.122,14	(144.636,68)	721.893,22	(216.568,00)
E	30%	Vencidas	432.019,52	(129.605,89)	229.520,78	(68.856,24)
F	50%	Normal	489.814,40	(244.907,27)	226.817,67	(113.408,85)
F	50%	Vencidas	870.758,61	(435.379,42)	389.387,02	(194.693,54)
G	70%	Normal	1.193.834,24	(835.684,19)	279.471,74	(195.630,25)
G	70%	Vencidas	36.814,12	(25.769,89)	365.157,66	(255.610,40)
H	100%	Normal	979.724,96	(979.724,96)	600.013,99	(600.013,99)
H	100%	Vencidas	1.245.743,70	(1.245.743,70)	1.942.535,66	(1.942.535,66)
Total Normal			116.734.636,91	(3.389.239,15)	114.002.208,34	(2.270.943,76)
Total Vencido			3.540.812,86	(1.873.188,98)	3.495.018,79	(2.490.450,68)
Total Geral			120.275.449,77	(5.262.428,13)	117.497.227,13	(4.761.394,44)
Provisões			(5.262.428,13)	-	(4.761.394,44)	-
Total Líquido			115.013.021,64	-	112.735.832,69	-

Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	12.906.210,45	14.872.390,31	13.452.455,48	41.231.056,24
Títulos Descontados	-	5.685.712,55	653.274,74	-	6.338.987,29
Financiamentos	-	942.269,81	2.234.702,22	3.256.245,92	6.433.217,95
Financiamentos Rurais	-	17.445.173,62	38.683.565,64	7.696.444,30	63.825.183,56
Adiantamento a Depositantes	107.757,16	-	-	-	107.757,16
Cheque Especial / Conta Garantida	2.339.247,57	-	-	-	2.339.247,57
Total	2.447.004,73	36.979.366,43	56.443.932,91	24.405.145,70	120.275.449,77

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

ATIVIDADE ECONÔMICA	CONTA CORRENTE	CREDITO RURAL	EMPRÉSTIMO	TÍTULOS DESCONTADOS	Total geral
Pessoa Física	1.247.693,36	61.755.439,97	39.572.558,81	2.074.669,11	104.650.361,25
S. Pub. Est. Outros Serviços	73,25	-	-	-	73,25
Set. Priv. Atv. Emp. Agropecuária	106.893,40	2.069.743,59	571.869,90	165.613,26	2.914.120,15
Set. Priv. Atv. Emp. Comércio	374.461,11	-	2.227.327,82	1.015.676,36	3.617.465,29
Set. Priv. Atv. Emp. Indústria	5.161,32	-	13.245,70	-	18.407,02
Set. Priv. Com. Compra. Venda. Imóveis	85,63	-	384.117,27	-	384.202,90
Set. Priv. Outros Serviços	712.636,66	-	4.895.154,69	3.083.028,56	8.690.819,91
Total geral	2.447.004,73	63.825.183,56	47.664.274,19	6.338.987,29	120.275.449,77

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	5.672.230,98	3.973.910,10
Constituições/Reversões no período	1.574.200,97	2.250.632,25
Transferência para Prejuízo no período	(1.984.003,82)	(1.463.147,91)
Total	5.262.428,13	4.761.394,44

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	2.126.334,96	1,77%	1.754.447,97	1,49%
10 Maiores Devedores	14.672.395,86	12,20%	13.132.566,72	11,17%
50 Maiores Devedores	45.002.976,31	37,43%	40.555.484,15	34,50%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	4.994.283,67	3.809.857,67
Valor das operações transferidas no período	1.984.003,82	1.463.147,91
Valor das operações recuperadas no período	(986.447,08)	(193.152,79)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	0,00	(254,50)
Total	5.991.840,41	5.079.598,29

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Rendas a Receber (a)	511.740,03	355.497,28
Devedores por Depósito e Garantia (b)	586.038,12	519.139,05
Títulos e Créditos a Receber (c)	46.031,52	46.733,05
Devedores Diversos (d)	283.912,48	220.799,70
(-) Provisão para Outros Créditos	(29.369,13)	(21.480,00)
Total	1.398.353,02	1.120.689,08

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 491.641,04), rendas a receber da previdência social - INSS (R\$ 1.171,98), rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$ 18.783,09) e outras (R\$ 143,92);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 532.282,13) e outros (R\$ 53.755,99);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 46.031,52);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os crédito por avais e fianças honrados (R\$ 60.200,09), adiantamento de 13º salário aos colaboradores (R\$ 97.344,89), adiantamento de gratificação (R\$ 24.176,22), adiantamento de férias aos colaboradores (R\$ 14.524,38), impostos e contribuições a compensar (R\$ 20.481,94), pendências a regularizar (R\$ 13.625,08), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$ 38.617,25) e outros (R\$ 14.942,63).

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas Antecipadas	70.869,26	70.448,32
Total	70.869,26	70.448,32

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 70.869,26, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista e sindical, contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV e IPVA.

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Movimentação dos investimentos

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2015	8.264.716,46	66.822,14	8.331.538,60
Investimentos	453.988,10	-	453.988,10
Saldos em 30/06/2016	8.718.704,56	66.822,14	8.785.526,70
Saldos em 31/12/2016	8.745.038,30	66.822,14	8.811.860,44
Investimentos	1.191.714,14	-	1.191.714,14
Saldos em 30/06/2017	9.936.752,44	66.822,14	10.003.574,58

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2017	30/06/2016
Imobilizações em Curso	(*)	224.429,22	75.262,31
Terrenos	-	5.111.346,51	5.111.346,51
Móveis e Equipamentos	10%	1.123.754,46	844.851,84
Sistema de Processamento de Dados	20%	628.061,55	606.785,85
Sistemas de Comunicação	10%	40.563,10	36.856,99
Sistema de Transportes	20%	237.122,94	196.658,12
Sistema de Segurança	10%	168.078,08	154.516,08
TOTAL		7.533.355,86	7.026.277,70
Depreciação acumulada		(1.026.480,18)	(749.409,25)
TOTAL		6.506.875,68	6.276.868,45

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	29.374.401,44	19.550.323,71
Depósito a Prazo	56.878.148,81	46.602.542,26
Total	86.252.550,25	66.152.865,97

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar

o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas de Depósitos a Prazo	3.022.230,48	2.679.659,56
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	261.812,82	5.173,44
Desp. Contribuição ao Fundo Garantidor	64.331,15	44.635,88
Total Despesas com Captação no Mercado	3.348.374,45	2.729.468,88

12. Recursos de aceite e emissão de Títulos

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	6.499.299,66	542.173,44

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

13. Repasses interfinanceiros / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2017	30/06/2016
Outros (Ministério Agricultura)	9,5% a.a	10/2017	26.175.967,51	27.700.735,74
BANCOOB	Entre 2,5% a.a. e 9,5% a.a.	07/2017 a 06/2019	26.910.608,58	22.059.127,93
Crediminas - Repasses	De 5,5% a 9,5%	10/2017 a 09/2021	1.097.641,79	624.769,80
Crediminas - Empréstimos	0,45%	08/2017	34.991,69	2.957.561,92
Total			54.219.209,55	53.342.195,39

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Concessionários de Serviços Públicos	87.884,30	49.913,31
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	26.670,41
Total	87.884,30	76.583,72

15. Outras Obrigações

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	820,46	-
Cotas de capital a pagar (b)	457.328,85	340.981,68
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	203.772,07	162.135,00
Juros ao Capital (d)	546.772,40	569.803,60
Outras obrigações	30.945,55	28.390,40

Total	1.239.639,33	1.101.310,68
--------------	---------------------	---------------------

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado no ano de 2018.
- (d) A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997

15.2 Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas de Pessoal	646.953,85	561.773,12
Outras Despesas Administrativas (a)	177.057,40	172.777,95
Cheques Descontados (b)	313.335,52	184.147,06
Credores Diversos – País (c)	500.773,12	183.067,67
Provisão para Passivos Contingentes (d)	592.306,30	519.139,05
Provisões para Garantias Prestadas	77.101,67	134.668,51
Total	2.307.527,86	1.755.573,36

- (a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com segurança e vigilância (R\$ 3.375,59), manutenção e conservação de bens (R\$ 10.650,67), contribuições a pagar (R\$ 16.240,00), seguro prestamista (R\$ 60.667,20) e outras (R\$ 86.123,94);
- (b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 30/06/2017;
- (c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$ 81.353,27), pendências a regularizar (R\$ 7.976,35), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$ 15.765,59), créditos de terceiros (R\$ 162.737,15), valores a repassar ao SICOOP CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$ 61.771,24), credores diversos-liquidação cobrança (R\$ 158.643,47) e outros (R\$ 12.526,05);
- (d) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2017		30/06/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
COFINS	532.282,13	532.282,13	471.519,57	471.519,57
Outras contingências	60.024,17	53.755,99	47.619,48	47.619,48
Total	592.306,30	586.038,12	519.139,05	519.139,05

Descrição	COFINS	Outras Contingências	Total
Saldo em 31/12/2015	441.792,04	44.617,25	486.409,29
Provisões/ Atualizações feitas durante o semestre	29.727,53	3.002,23	32.729,76
Saldo em 30/06/2016	471.519,57	47.619,48	519.139,05
Saldo em 31/12/2016	503.989,59	48.548,81	552.538,40
Provisões/ Atualizações feitas durante o semestre	28.292,54	11.475,36	39.767,90
Saldo em 30/06/2017	532.282,13	60.024,17	592.306,30

COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

15.3 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	50.142,87	32.748,29
Impostos e contribuições a recolher	196.165,56	150.901,13
Total	246.308,43	183.649,42

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPACREDI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	34.079.277,80	29.902.685,60
Associados	4.981	4.449

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$1.246.071,79.

18. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	69.229,05	29.637,29
Reversão de Outras Provisões Operacionais	1.140,91	1.012,10
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	1.985,39	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	156.636,63	100.047,43
Atualização de Depósitos Judiciais	39.055,27	32.729,76
Rendas de Cartões	239.544,94	150.833,01
Dividendos	15.456,38	14.553,68
Distribuição de Sobras da Central	2.283.662,39	-
Outras Rendas Operacionais	24,42	1.118.421,17
Total	2.806.735,38	1.447.234,44

(a) Refere-se a devolução de recursos do Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV (R\$ 21.604,45), reembolso despesas com terceiros outros (R\$ 47.624,60);

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas de descontos Concedidos	(68.888,38)	(46.030,34)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(56.291,05)	(36.401,78)
Contribuições ao Fundo Garantidor de depósitos	(1.428,36)	(1.629,78)
Outras Despesas Operacionais (a)	(57.591,17)	(42.187,21)
Provisão para Passivos Contingentes	(39.767,90)	(32.729,76)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(2.821,23)	(2.155,94)
Provisão para Garantias Prestadas	(12.945,53)	(85.508,11)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-	(2.380,70)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-	(1.308,45)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(67.792,58)	(69.551,99)
Total	(307.526,20)	(319.884,06)

(a) Refere-se a contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores - FRV (R\$32.096,18) e outras despesas (R\$ 25.494,99).

21. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Lucros na Alienação de Valores e Bens	20.000,00	-
Ganhos de Capital	859,35	1.276,59
Outras Rendas Não Operacionais	-	1.059,42
Total de Receitas Não Operacionais	20.859,35	2.336,01
Perdas de Capital	(2.062,39)	(916,73)
Despesas de Provisões Não Operacionais	(2.093,92)	-
Outras Despesas Não Operacionais	(23.052,63)	-
Total de Despesas Não Operacionais	(27.208,94)	(916,73)
Resultado Líquido	(6.349,59)	1.419,28

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no 1º semestre de 2017:

Montante das Operações Ativas e Passivas	
Montante das Operações Ativas	% em Relação a Carteira Total
1.190.646,36	1,90%
Montante das Operações Passivas	% em Relação a Carteira Total
185.100,00	0,37%

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2017:

Operações Ativas e Passivas - Saldo em 30/06			
NATUREZA DA OPER.CRÉDITO	VALOR	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	96,29	0,96	0,00%
Cheque Especial / Conta Garantida	74.730,00	1.236,90	0,06%
Crédito Rural	2.849.200,75	19.225,34	2,48%
Empréstimos/Financiamentos	3.866.116,92	26.113,53	3,36%
Títulos Descontados	19.440,23	29,92	0,02%
OPERAÇÕES PASSIVAS - Saldo em 30/06			
Natureza	Valor	%em Relação a Carteira	Tx Média - Pós fixada - % do CDI
Aplicações Financeiras	28.151,59	0,04%	90,50
Depositos à vista	66.467,42	0,23%	-

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB COOPACREDI.

Percentual em relação a carteira Geral Movimentação Exercício		
CARTEIRA	VALOR	%
Empréstimos	1.085.420,07	4,66%
Títulos Descontados	30.400,00	0,17%
Aplicações Financeiras	185.100,00	0,37%

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO 1º SEMESTRE DE 2017 (R\$)	
Pessoa Física	1.466.688,82
Pessoa Jurídica	69.746,63

No 1º semestre de 2017, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no 1º Semestre de 2017	
Descrição	30/06/2017
Honorários	283.593,52
Gratificações da Administração	24.176,22
Conselheiros de Administração	72.250,00
FGTS Diretoria	26.555,66
Encargos Sociais	83.443,98
Total	490.019,38

23. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB COOPACREDI em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPACREDI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	65.331.366,29	30.176.741,58
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	9.936.752,44	8.718.704,56
Passivo circulante e não circulante - Relações interfinanceiras (nota 13)	1.097.641,79	624.769,80

Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)	34.991,69	2.957.561,92
---	-----------	--------------

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de fevereiro de 2017, com opinião sem modificação.

24. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.716.919,52 (30/06/2016 - R\$ 18.221.150,04), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$32.209.544,12, em 30 de junho de 2017.

27. Gerenciamento de Risco e de Capital

27.1 Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015.

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;
- d) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- e) elaboração de propostas de atualização da política;

- f) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
- h) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB COOPACREDI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - d.1) valor em Risco (Value at Risk – VaR);
 - d.2) limites máximos de risco de mercado;
 - d.3) cenários de stress para risco de mercado;
 - d.4) limite mínimo de liquidez;
 - d.5) cenários de stress para risco de liquidez.

- e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

27.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

27.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB COOPACREDI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

Patrocínio (MG), 18 de agosto de 2017.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Tiago Toledo da Silva
Diretor Administrativo

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC MG nº: 084.721

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. – SICOOB COOPACREDI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos aos semestres findos em 30/06/2017 e 30/06/2016, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPACREDI.

Patrocínio (MG), 22 de agosto de 2017.

Amarildo Francisco Maranhão
Conselheiro Fiscal – Coordenador

João Renato Rabelo
Conselheiro Fiscal – Secretário

Ricardo Afonso Vieira
Conselheiro Fiscal Efetivo